DECISÃO SINGULAR DSG - G.ODJ - 3382/2019

PROCESSO TC/MS	: TC/531/2015
PROTOCOLO	: 1563869
ÓRGÃO	: PREFEITURA MUNICIPAL DE BELA VISTA/MS
ORDENADOR DE DESPESA	: RENATO DE SOUZA ROSA
CARGO DO ORDENADOR	: EX-PREFEITO MUNICIPAL
ASSUNTO	: CONTRATO ADMINISTRATIVO N. 214/2014
CONTRATADA	: EDERSON NOGUEIRA CORREA-ME
PROCEDIMENTO LICITATÓRIO	: PREGÃO PRESENCIAL N. 61/2014
OBJETO	: AQUISIÇÃO DE MATERIAL PERMANENTE
VALOR	: R$ 37.690,00
RELATOR	: CONS. OSMAR DOMINGUES JERONYMO

CONTRATAÇÃO PÚBLICA. EXECUÇÃO FINANCEIRA. REGULARIDADE.

DO RELATÓRIO

Tratam os autos do Contrato Administrativo n. 214/2014, celebrado entre o Município de Bela Vista/MS e a empresa Ederson Nogueira Correa-ME, decorrente do resultado do procedimento licitatório na modalidade Pregão Presencial n. 61/2014, cujo objeto é a aquisição de material permanente, com valor inicial de R$ 37.690,00 (trinta e sete mil, seiscentos e noventa reais).

Já foram julgados regulares e legais o procedimento licitatório e a formalização e o teor do contrato pela Decisão DSG –G.ODJ- 924/2016 (peça 25), portanto, analisa-se, neste momento a execução financeira, nos termos do art. 120, III do Regimento Interno deste Tribunal de Contas (RITC/MS), aprovado pela Resolução Normativa TC/MS n. 76, de 11 de dezembro de 2013.

Após a análise dos documentos apresentados pelo jurisdicionado, a 4ª Inspetoria de Controle Externo (4ª ICE) emitiu a análise ANA-4ICE-64745/2017 (peça 37), pela qual certificou a legalidade e regularidade da execução financeira.

Posteriormente, o Ministério Público de Contas (MPC) emitiu o parecer PAR-2ªPRC-23129/2018 (peça 38), opinando no mesmo sentido.

DA DECISÃO

Registre-se que fora juntada aos autos toda a documentação relativa à formalização da execução financeira com fulcro na Instrução Normativa TCE/MS n. 35/2011, vigente a época, c/c o art. 120, III do

RITC/MS, conforme Resolução Normativa TC/MS n. 76/2013, conforme preconizam o art. 60 e seguintes da Lei das Licitações.

Quanto à execução financeira do contrato, a mesma foi encaminhada tempestivamente e considerada regular, conforme demonstração no resumo a seguir:

Valor inicial do contrato	**R$**	37.690,00
Total de notas de empenhos	**R$**	17.240,00
Notas fiscais	**R$**	17.240,00
Ordens de pagamento	**R$**	17.240,00

Nessas condições, e considerando que foram atendidas as exigências contidas nas Leis n. 8.666/93 e n. 4.320/64, bem como nas normas regimentais estabelecidas por esta Corte de Contas, constata-se que a execução financeira, merece a chancela deste Colendo Tribunal.

Diante do exposto, acolho o entendimento da equipe técnica da 4ª ICE e o parecer do MPC, e **DECIDO**:

1. pela **regularidade** dos atos de execução financeira do Contrato Administrativo n. 214/2014, nos termos do art. 59, I, da Lei Complementar Estadual (LCE) n. 160/2012, c/c o art. 120, III, do RITC/MS;

2. pela **intimação** do resultado deste julgamento às autoridades administrativas competentes, observado o disposto no art. 50 da LCE n. 160/2012, c/c o art. 70, § 2º, do RITC/MS.

Campo Grande/MS, 25 de março de 2019.

CONS. OSMAR DOMINGUES JERONYMO
Relator

fs